



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

## **“Seminário Internacional sobre fixação de Profissionais de Saúde em áreas remotas, isoladas e de maior vulnerabilidade”**

Nos últimos anos, o Brasil assistiu a um renascimento das discussões sobre a força de trabalho em saúde, primeiramente a partir do advento da estratégia Saúde da Família, que trouxe consigo inúmeros desafios a esse campo – como a falta de profissionais de saúde em diversas regiões e o descompasso entre o ensino em saúde e as necessidades vividas no âmbito da Atenção Básica. Posteriormente, o assunto ganhou novo impulso com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), que colocou as questões específicas da força de trabalho em saúde em um novo patamar no organograma ministerial.

Dentre as questões específicas sobre a força de trabalho em saúde, a que diz respeito à necessidade de adequar o provimento de serviços de saúde nas regiões remotas, periféricas e de maior vulnerabilidade tem sido identificada como essencial para o sucesso da Estratégia Saúde da Família.

No entanto, as situações de carência e má distribuição geográfica de provedores de serviços de saúde, muito especialmente médicos, têm sido apontadas como um problema grave, persistente ao longo do tempo e resistente às mais variadas estratégias adotadas para o seu enfrentamento e, ao contrário do que se pode imaginar, não é um problema exclusivo do Brasil, mas um problema identificado pelos governos de vários países. Países com distintos sistemas econômicos e políticos e níveis de riqueza e desenvolvimento vivenciam esse drama comum.

Obviamente, a superação definitiva dos problemas de carência e má-distribuição de médicos não é uma tarefa fácil, se mesmo exequível. A diversidade de estratégias utilizadas pelos diversos países sob os mais distintos sistemas econômicos e políticos e diversos níveis de riqueza e desenvolvimento sugere logo de saída a complexidade e resistência do problema. As soluções não são simples e mais ainda o uso simultâneo de estratégias aparentemente paradoxais, como o recurso a medidas coercitivas, a exemplo do serviço social obrigatório *vis a vis* estratégias de retenção de médicos amplamente apoiadas na decisão livre e espontânea dos indivíduos fala de *per si*.

### **1. Objetivos**

Os objetivos desse evento são os seguintes:

#### **Geral**

- Proporcionar ao público participante do evento a oportunidade de conhecer e discutir algumas das políticas de incentivo que foram desenvolvidas e implementadas por alguns países, incluindo o Brasil, no sentido de vencer os

desafios da distribuição e da fixação de profissionais de saúde em áreas remotas, isoladas e de maior vulnerabilidade.

### **Específicos**

- Proporcionar aos gestores das três esferas de governo presentes no Seminário, que de alguma forma exercem alguma influência no processo de desenvolvimento e implementação de políticas na área de saúde, mais especificamente na área de Recursos Humanos para a Saúde, a oportunidade de conhecer algumas das políticas que têm sido desenvolvidas e implementadas em outros países no sentido de vencer os desafios da distribuição e da fixação de profissionais de saúde bem como conhecer a avaliação que os convidados fazem dessas políticas. Para tanto, aqueles participantes que forem convidados na condição de palestrantes, deverão ter participado necessariamente de alguma maneira do processo de desenvolvimento dessas políticas em seus respectivos países e serão orientados a prepararem suas apresentações de maneira que respondam àquelas questões;
- Diante do que for apresentado pelos participantes internacionais durante o Seminário, identificar os principais exemplos de boas práticas, ou falhas, bem como as principais vantagens e desvantagens das principais iniciativas adotadas por seus respectivos países no sentido de abordar a questão da distribuição e da fixação de profissionais de saúde em áreas remotas, isoladas e de maior vulnerabilidade, de modo que isso venha a ser utilizado no sentido de enriquecer a reflexão e a construção de uma proposta técnica, por parte dos gestores, sobre o tema em questão.

## **2. Público Participante**

- Ministro de Estado da Saúde;
- Representantes do Ministério da Saúde (Secretaria Executiva, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES, Departamento da Gestão e da Regulação do Trabalho na Saúde - DEGERTS/SGTES, Departamento de Gestão da Educação na Saúde - DEGES/SGTES, Departamento de Atenção Básica - DAB/SAS, AISA);
- Representantes do Escritório Central da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS (PAHO/WHO-Washington)
- Representantes do Escritório Regional da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil – OPAS/ Brasil;
- Representante da Organização Mundial da Saúde - OMS (WHO-Geneva);
- Representantes da Aliança Global pela Força de Trabalho em Saúde (GHTWA - Global Health Workforce Alliance);
- Representantes de diversos países, incluindo Austrália, Canadá, Chile, China, Equador, Estados Unidos, México, Peru, Tailândia;
- Representantes da Rede de Observatórios em Recursos Humanos em Saúde da OPAS;
- Representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS;
- Representantes do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS